

SURDEZ COMO DIFERENÇA E LÍNGUA DE SINAIS COMO CONDIÇÃO PARA DIFERENÇA SURDA

Deafness as a difference and sign language
as a condition for deaf difference

Pedro Henrique Witches⁷

RESUMO EM LIBRAS



RESUMO

O artigo apresenta uma problematização sobre a constituição da surdez como diferença a partir de sua emergência discursiva, possibilitada pelas transformações socioculturais na segunda metade do século XX. Para tanto, valendo-se do conceito de matriz de experiência para compreender a surdez, empreendeu-se uma análise em um conjunto de trabalhos acadêmicos produzidos no Rio Grande do Sul, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, que discutem sobre educação de surdos desde a perspectiva da surdez como diferença. Foi possível distinguir dois subgrupos de trabalhos: os que concentram esforços no fortalecimento do campo dos Estudos Surdos no país; e os que buscam compreender a constituição de uma diferença surda na Contemporaneidade. Observa-se, no total analisado, uma noção de surdez como

⁷ Doutorando (com bolsa PROEX/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: pwitches@gmail.com.

diferença fortemente relacionada ao uso da língua de sinais e evidencia-se como o debate acadêmico reforça essa relação linguística. Deste modo, a surdez como matriz de experiência é constituída por saberes que dizem sobre ela lado a lado à língua de sinais, e que têm colocado esta última como uma condição para a diferença surda.

Palavras-chave: Surdez. Língua de sinais. Diferença. Educação de surdos.

ABSTRACT

The paper presents a problematization about the constitution of deafness as a difference from its discursive emergence, made possible by sociocultural transformations in the 20th century second half. Therefore, using the concept of matrix of experience to understand deafness, an analysis was undertaken in a set of researches produced in Rio Grande do Sul, at *stricto sensu* post-graduate level, which discuss the deaf education from the deafness as difference perspective. It was possible to distinguish two subgroups of researches: those that concentrate efforts to strengthen the field of Deaf Studies in Brazil; and those that seek to understand the constitution of a deaf difference in Contemporaneity. It is observed, in the total analyzed, a notion of deafness as a difference strongly related to the use of sign language and it is evident how the academic debate reinforces this linguistic relation. Thus, deafness as the matrix of experience is constituted by knowledges that speak of it side by side with sign language, and which have placed the latter as a condition for deaf difference.

Keywords: Deafness. Sign language. Difference. Deaf education.

INTRODUÇÃO

Antes do final do século XVII e do início do século XVIII, o surdo não era constituído como grupo. Não há quase nenhum registro histórico ou literário do surdo como tal. Podemos raramente ler sobre uma pessoa surda, mas

não há um discurso significativo em torno da surdez. [...] Sem um senso de solidariedade de grupo e sem uma categoria social de deficiência, eram principalmente vistos como desvios isolados a partir de uma norma [...]. Para estes surdos, não havia escolas, nenhum professor, nenhum discurso, com efeito, nenhuma surdez. (DAVIS, 1995, p. 51-52)⁸

De acordo com Davis (1995), há mais documentação sobre a surdez no início do período moderno do que sobre qualquer outra deficiência. Ele escreve que, na Europa do século XVII, a surdez se torna um ponto de fascinação, quase que uma atividade cultural, sobretudo porque os estudiosos da época a relacionavam às discussões sobre a existência e a função da linguagem. A surdez como um fenômeno, conforme escreveu o autor, esteve “envolvida ao movimento intelectual desse período de um modo que a cegueira e outras deficiências não estiveram. A surdez, afinal, era sobre linguagem, sobre a qualidade essencialmente humana de comunicação verbal” (DAVIS, 1995, p. 53)⁹.

A possibilidade de pensar a constituição da surdez, desde uma perspectiva outra que não a religiosa ou a médica, acontece na medida em que investigações inscritas no campo da Educação se envolvem com a temática da produção de sujeitos surdos, fundamentadas em teorizações acerca da produção de sujeitos de Michel Foucault. Esses trabalhos podem ser reunidos de acordo com o que chamo de dois domínios investigativos: o primeiro compreende os estudos cujos esforços têm sido problematizar a constituição da surdez como uma anormalidade ao longo da história e contemporaneamente; o segundo abarca as investigações que analisam como a surdez tem se constituído, nas últimas décadas, como

⁸ Livre-tradução do original em inglês: “Before the late seventeenth and early eighteenth centuries, the deaf were not constructed as a group. There is almost no historical or literary record of the deaf as such. We may rarely read of a deaf person but there is no significant discourse constructed around deafness. [...] Without a sense of group solidarity and without a social category of disability, they were mainly seen as isolated deviations from a norm [...]. For these deaf, there were no schools, no teachers, no discourse, in effect, no deafness” (DAVIS, 1995, p. 51-52).

⁹ Livre-tradução do original em inglês: “engaged the intellectual moment of this period in a way that blindness and other disabilities did not. Deafness, after all, was about language, about the essential human quality of verbal communication” (DAVIS, 1995, p. 53).

uma diferença. É interessante compreender que esses dois modos de constituição da surdez não são únicos e podem agir sobre um mesmo indivíduo, conformando um modo de ser surdo na Contemporaneidade (LOPES; THOMA, 2013).

Considerando essas questões, meu objetivo aqui é desenvolver uma problematização sobre a constituição da surdez como uma diferença. Para tanto, utilizo o conceito de *matriz de experiência* (FOUCAULT, 2010) e empreendo uma análise em trabalhos que podem ser agrupados no segundo domínio investigativo mencionado acima. Com intenção de realizar um recorte de análise possível de ser apresentada aqui, a seleção dos trabalhos obedeceu a três critérios: serem produções oriundas do Rio Grande do Sul; resultarem de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; e abordarem, em suas análises, a surdez como uma diferença — o que implica certa relação com alguns campos e perspectivas teóricas¹⁰. Após a seleção dos trabalhos com essas características, foi possível reunir um conjunto de nove trabalhos produzidos entre 2003 e 2014.

O artigo está organizado em quatro partes: após esta breve introdução, demonstro como a surdez pode ser analisada desde a compreensão da matriz de experiência e contextualizo a emergência discursiva da surdez como uma diferença; em seguida, descrevo os trabalhos selecionados, apontando suas principais características e considerações; por fim, discuto como a constituição de uma diferença surda tem estado fortemente relacionada a questões de uso da língua de sinais e de como o debate acadêmico acerca da surdez como diferença reforça esse entendimento.

EMERGÊNCIAS DISCURSIVAS DA SURDEZ COMO DIFERENÇA

A proliferação discursiva relacionada à surdez, assim como os movimentos que contornam o grupo social que convençamos chamar de surdos servem como condições que possibilitam compreender a surdez como uma matriz de experiência. A matriz de

¹⁰ Especificamente, os Estudos Foucaultianos, os Estudos Culturais, os Estudos Surdos e a Filosofia da Diferença.

experiência é um conceito utilizado por Foucault (2010) para analisar a correlação entre a formação de saberes, a normatividade dos comportamentos e os modos de constituição do sujeito: três eixos que, para o autor, constituem uma experiência. Em termos foucaultianos, a experiência passa a ser entendida como uma forma histórica de subjetivação, isto é, como “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade” (FOUCAULT, 2004, p. 262) — que, para o autor, é uma das possibilidades de organização de uma consciência de si. Pensar a surdez como uma matriz de experiência significa entender que, a partir dela, é possível fazer e dizer coisas sobre determinados indivíduos que a ela são relacionados (WITCHES; LOPES, 2015). Assumida como uma experiência, a surdez pode ser entendida como uma forma histórica de constituição de sujeitos, subjetividades ou modos bem específicos de ser e de se relacionar neste mundo. Neste artigo, a articulação da surdez a uma matriz de experiência serve como uma ferramenta analítica.

Diante da natureza da materialidade empírica escolhida para a realização da análise aqui apresentada, o foco analítico se limitará ao primeiro eixo da matriz de experiência, ou seja, à formação de saberes. Deste modo, é possível evidenciar que, na história da surdez, a segunda metade do século XX é marcada pela transformação do surdo em um sujeito não apenas relacionado a uma noção clínica de deficiência, mas também em alguém que, principalmente, apresenta uma *diferença*. Dependendo do registro a partir do qual é definida, essa diferença é adjetivada ora como linguística e cultural, ora como identitária; às vezes ainda, ela é apenas adjetivada como diferença surda. Mas o que isso significaria?

Diante do alargamento do conceito de diferença, Burbules (2006) propôs algumas formas de repensá-lo na Educação. O autor realizou uma descrição de distintos significados atribuídos à diferença e estabeleceu oito categorias¹¹ que se referem aos modos como percebe que o tópico da diferença é abordado nas discussões. Dentre as categorias, a oitava parece se aproximar da noção de diferença surda. Todavia, assim como o autor, não pretendo encerrar a diferença surda a este conceito, e sim estabelecer

¹¹ As oito categorias são: *diferença como variedade, diferença em grau, variação, versão, analogia, diferença além, diferença no interior e diferença contra* (BURBULES, 2006).

o lugar de onde a observo. Refiro-me à categoria *diferença contra*, inspirada no conceito de diferença cultural do indiano Homi Bhabha. Essa noção de diferença é relacionada a grupos que se opõem às normas e crenças dominantes ou convencionais; ela “é uma forma de crítica, de questionamento, à medida que os pressupostos e lacunas de um discurso dominante voltam a refletir nela por contraste com um discurso e série de experiências muito alheios a ela” (BURBULES, 2006, p. 177).

Tem-se o grupo compreendido por surdos que se declara diferente em oposição às normas estabelecidas a partir dos que ouvem. Em comunidade, eles se posicionam de forma crítica diante dos discursos pautados pela norma ouvinte; invertem a lógica e operam com o que se tornou uma normalidade surda. Uma normalidade que, inclusive, define quem é e quem não é surdo, mesmo que não seja um ouvinte. A partir da normalidade surda, vê-se a regulação de uma identidade cultural assumida por surdos. Para Wieviorka (2002), a emergência da diferença trata-se de uma experiência que acontece não apenas entre as sociedades, mas também dentro delas. Segundo o autor, é a partir dos anos 1960, no interior das democracias ocidentais, que há uma proliferação de identidades culturais a partir de duas modalidades de emergência. A primeira corresponde “a identidades que exigem ser reconhecidas sem que seja possível caracterizar os seus actores em termos sociais” (WIEVIORKA, 2002, p. 47); a segunda compreende “exigências culturais e reivindicações sociais, sejam estas encarnadas por actores populares dominados ou excluídos, por grupos em processo de queda social ou de forte mobilidade descendente, ou, pelo contrário, por actores dominantes e dirigentes que reforçam assim a sua influência sobre a sociedade” (WIEVIORKA, 2002, p. 47).

Nesses detalhamentos, os surdos também são citados por Wieviorka (2002). Ele os inclui nos movimentos cuja intenção é “uma inversão do estigma, processo no termo do qual uma identidade até então escondida, recalcada, mais ou menos envergonhada ou reduzida à imagem de uma natureza se transforma em afirmação cultural visível e assumida” (WIEVIORKA, 2002, p. 39). Ainda conforme o autor, ao fazerem referência a uma cultura e língua próprias, os surdos carregam o desejo de participar da vida moderna.

É possível assumir que parte dessa compreensão da surdez deve-se ao movimento de ressignificação da noção de deficiência, já que a sua definição seja um ato social (BEYER, 2005). Esse modelo social de deficiência começa a adquirir impulso na sociedade ocidental a partir da década de 1960 (BARNES, 1998) e estabeleceu uma distinção entre as noções de incapacidade e deficiência. Sua proposta é que a deficiência seja entendida como o resultado de uma relação entre indivíduos e seus ambientes — entendidos como estruturas arquitetônicas, práticas econômicas, políticas sociais, serviços de atendimento, sistemas educacionais etc. Ao excluírem determinados grupos de pessoas, representando escolhas sociais e políticas, tais ambientes produzem a deficiência. Ainda que a trajetória de ressignificação da surdez reserve suas particularidades, é preciso considerar que ela compartilha semelhanças com o modelo social de deficiência.

Outro elemento importante para a emergência discursiva da surdez como diferença pode ser relacionado ao estatuto linguístico das línguas de sinais. É o caso dos estudos sobre a *American Sign Language* (ASL), de Stokoe (1960) e colaboradores (STOKOE; CASTERLINE; CRONEBERG, 1965) na década de 1960. O acontecimento do reconhecimento linguístico das línguas de sinais, a partir desses estudos, alterou a relação estabelecida com os surdos e a surdez, sobretudo no modo como a educação destes sujeitos passaria a ser conduzida nas décadas seguintes.

Esses acontecimentos são condições de possibilidade para que se possa observar uma distinção no grupo categorizado como surdos. Na breve descrição que fez da trajetória intelectual de Mottez, Benvenuto (2006) faz referência a essa distinção nos trabalhos do sociólogo francês. Em 1975, de acordo com a autora, é “especialmente [...] o sétimo congresso da Federação Mundial de Surdos, em Washington, que leva Mottez à descoberta deslumbrante de Surdos, com um S maiúsculo”¹² (BENVENUTO, 2006, p. 18). Dez anos mais tarde, na Universidade de Bristol, no Reino Unido, durante o *First International Deaf Researchers Workshop*, o pesquisador surdo Tom Humphries apresentou uma distinção en-

¹² Livre-tradução do original em francês: “C’est surtout [...] le 7ème congrès de la Fédération Mondiale des Sourds à Washington qui amène Mottez à la découverte éblouissante des Sourds, avec un S majuscule” (BENVENUTO, 2006, p. 18).

tre surdos, com inicial minúscula, e Surdos, com inicial maiúscula (MARSCHARK; HUMPHRIES, 2010). A primeira grafia designaria pessoas a partir de seu estado audiológico, seu quadro clínico. A segunda, sendo uma categoria linguística e social, identificaria integrantes de uma comunidade e que fazem uso de uma língua de sinais.

O campo que passou ser denominado como Estudos Surdos começa a produzir novos conceitos para dar conta de uma demanda de significações a partir da perspectiva do modo de vida que grupos de surdos assumem. É o caso do conceito de *deafhood*, cunhado por Ladd (2003), que significa a captação e a transmissão de sistemas de valores historicamente relacionados aos grupos surdos. Esse conceito ressignifica a experiência surda como uma possibilidade de forma de vida resistente a práticas audistas¹³. *Deafhood*, de certo modo, passou a antagonizar a palavra *deafness* (surdez) e tudo o que esta significa em uma perspectiva clínica.

Ao escreverem sobre o povo do olho (*the people of the eye*), Lane, Pillard e Hedberg (2011) fazem referência à existência de uma etnicidade surda. Ao comentarem tal conceito, Ladd e Lane (2013) assumem que a noção de etnicidade surda é uma possibilidade sustentada pelo pós-colonialismo. A partir dele, os autores afirmam que processos similares de redefinição identitária são “encontrados entre outros grupos minoritários, tais como afroamericanos, mulheres, gays e lésbicas e pessoas com deficiência, todos os quais têm sentido a necessidade de escapar das lentes reducionistas de definições criadas por opressores”¹⁴ (LADD; LANE, 2013, p. 565). O argumento linguístico, entretanto, adquire certa potência nessa noção. Lane, Pillard e Hedberg (2011) assumem que os surdos estadunidenses, na condição de minoria linguística, podem ser pensados como um grupo étnico. Os autores se embasam na noção de que um grupo étnico seja uma coletividade com uma ancestralidade real ou supostamente em comum, memórias de um passado histórico compartilhadas, e um foco

¹³ *Audismo* é um termo cunhado por Humphries (1977) para designar, originalmente, práticas ou atitudes individuais de atribuição de superioridade a alguém com base na capacidade de ouvir ou de comportamento à maneira de alguém que ouve.

¹⁴ Livre-tradução do original em inglês: “found among other minority groups, such as African Americans, women, gays and lesbians and disabled people, all of whom have felt the need to escape the reductionist lens of definitions created by oppressors” (LADD; LANE, 2013, p. 565).

cultural em um ou mais elementos simbólicos, sendo a língua um desses elementos.

A proliferação dessas discussões colocou em circulação categorias como *comunidade surda*, *cultura surda*, *identidade surda*, *diferença surda*, *mundo surdo* etc. São expressões que constituem o grupo de surdos que se entende a partir de uma perspectiva culturalista. Em uma revisão conceitual nos domínios da Antropologia Social, Magnani (2007) observa que o emprego frequente dessas categorias é feito de modo indistinto tanto no contexto acadêmico ou político, quanto no cotidiano. Conforme o antropólogo, na literatura, cada termo “aparece quase sempre sem maiores explicitações ou como se tivesse um significado unívoco, aceito de forma incontestada, transparente” (MAGNANI, 2007, p. 4). Nos trabalhos acadêmicos sobre surdos, segundo Magnani (2007), tanto as definições do conceito de cultura, quanto de comunidade, apresentam um uso descritivo e pragmático. Motivado pela análise feita por esse autor, na sequência, apresento uma análise de produções acadêmicas relacionadas à surdez como diferença.

SABERES SOBRE A SURDEZ COMO DIFERENÇA

Dizer sobre surdos e sobre a surdez a partir de uma concepção culturalista é uma possibilidade que já acontecia no Brasil desde a década de 1980. Esse movimento já havia sido iniciado em São Paulo e no Rio de Janeiro (LOPES, 2007). No Rio Grande do Sul, mais especificamente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), essas discussões se tornaram mais intensas a partir da IX Jornada Sul-rio-grandense de Educadores de Deficientes da Audiocomunicação, realizada em 1988. O evento teve como objetivo principal conhecer e promover, no Estado, a educação bilíngue para surdos (MAROSTEGA, 2015).

Desde esse acontecimento e de outras condições de possibilidade, um conjunto de pesquisas, no Rio Grande do Sul, se deteve ao problema da constituição da surdez no campo da Educação. Eles podem ser reunidos de acordo com o que denominei dois domínios investigativos: os que problematizam a constituição da surdez como uma anormalidade, isto é, buscam entender de que modos a

surdez passou a ser pensada, ao longo da história, como uma anormalidade; e os que analisam a constituição da surdez como uma diferença, ou seja, os modos como a surdez passou a ser pensada como uma diferença cultural, linguística e identitária. Meu foco de análise está no segundo domínio, sobre o qual reuni nove trabalhos acadêmicos produzidos entre 2003 e 2014.

A partir da leitura desses trabalhos, e evidenciando suas características, organizei-os em duas subcategorias: os que fortalecem os Estudos Surdos no país; e os que problematizam a constituição da diferença surda. Com essa divisão, não quero dizer que o segundo conjunto não contribui para o campo dos Estudos Surdos, ou que o primeiro conjunto não possibilita tensionamentos à discussão. Tal distinção se deu com base em características gerais que predominam no texto de cada um desses trabalhos. É muito provável que, em minha busca, alguns trabalhos com as mesmas características possam ter ficado de fora desta análise. Seja pelo motivo da escolha de descritores¹⁵ para a busca que não contemplou tais trabalhos, seja porque não foi possível acessar alguns deles em repositórios digitais de algumas universidades. Outros trabalhos, embora não apresentem essas palavras-chave, já eram conhecidos por mim e se enquadravam nos critérios estabelecidos para a seleção.

Dentre todo o grande conjunto de trabalhos, a tese de Perlin (2003) destoa-se pelo caráter pioneiro, ao concentrar-se na elaboração de uma discussão acerca da alteridade, da diferença e da identidade desde sua própria experiência na condição de surda. Amparada por teorizações pós-colonialistas, pós-estruturalistas e do campo dos Estudos Surdos, a autora apresenta um ensaio a partir de narrativas de sujeitos surdos sobre suas experiências vividas, assim como também de sua autobiografia. Essa discussão levou Perlin (2003) a argumentar que a celebração social da *alteridade do ser e do estar sendo surdos* — que a autora relaciona ao conceito de *deafhood* — ocasiona um discurso crítico e elucida uma nova estrutura epistemológica que celebra um fim para a alteridade deficiente.

Dez anos mais tarde, Dall’Alba (2013) apresenta uma análise de narrativas de líderes surdos e de um conjunto de documentos

¹⁵ Os quais foram: *cultura surda, diferença surda, deafhood, identidade surda, comunidade surda e movimento surdo*.

que a autora considerou como condições de possibilidade para a emergência de um discurso que tem constituído o movimento surdo desde a década de 1990. A autora identifica dois momentos em que é possível localizar o movimento surdo no país: o primeiro centrado na luta pela oficialização da língua de sinais e na constituição de uma identidade surda; o segundo, em estratégias de negociação da cultura surda na Educação. Dall’Alba (2013) observa que, para garantir o reconhecimento de uma identidade surda, surge a necessidade de os surdos serem percebidos como uma minoria linguística. A partir daí, os movimentos enfatizaram a luta na oficialização da língua de sinais.

Outro trabalho que, assim como os dois anteriores, apresenta uma análise a partir de narrativas de surdos é o de Martins (2013). A autora entrevistou indivíduos surdos envolvidos com a educação e com as comunidades surdas de suas cidades, questionando-os sobre conceitos como audismo, *deaf gain*¹⁶ e surdismo¹⁷. Martins (2013) observou que as experiências de vida narradas por seus entrevistados evidenciam práticas relacionadas aos três conceitos mapeados em sua pesquisa.

Esses três trabalhos foram produzidos por autoras surdas. É interessante observar como, neles, há uma forte contribuição para o campo dos Estudos Surdos. Seja na definição de conceitos que já circulam na literatura internacional, seja para delinear os contornos do movimento surdo no país, ou para fomentar uma epistemologia considerada surda com novos conceitos que ajudam a traduzir a experiência de ser surdo a partir de uma concepção que entende e assume a surdez como uma diferença. Ainda que tais trabalhos possibilitem alguns questionamentos, seus esforços dirigem-se à consolidação dessa perspectiva sobre a surdez, pois reforçam e atuam na formação de saberes específicos que se articulam à matriz de experiência. No âmbito do outro subgrupo, os trabalhos não ignoram, nem são contrários a essa perspectiva. Seus esforços, contudo, inclinam-se à tentativa de compreender como ela se constituiu no mundo contemporâneo.

¹⁶ Termo cunhado por Bauman e Murray (2009) para destacar elementos da epistemologia da surdez que podem fornecer compreensões de modos de saber vantajosos para as pessoas, independente da capacidade auditiva.

¹⁷ Segundo Martins (2013, p. 82), o “surdismo institui uma normativa surda, em que o modelo é o do surdo que utiliza Libras e acha-se superior a outro surdo que não utiliza Libras”.

Nesse sentido, Gomes (2011) empreendeu uma análise de narrativas de surdos sobre o conceito de cultura surda. De acordo com a autora, a cultura surda se tornou um imperativo conceitual que tem sido significado de diferentes formas; nas narrativas analisadas, ele é sinônimo de “língua, diferença, marcador identitário, essência, artefato fundamental de lutas e característica inata do sujeito surdo, propriedade privada ou concedida a” (GOMES, 2011, p. 71). Além disso, Gomes (2011) acrescenta que as defesas de um modo de ser surdo se constituíram em movimentos, lutas e discussões políticas, de forma que o conceito de cultura surda tenha emergido com força de legitimidade e caráter científico.

Ainda no que tange às categorias mencionadas, Moraes (2014) analisou discursos de surdos acadêmicos em suas publicações intelectuais e políticas. A autora percebe que a apropriação de espaços acadêmicos pelos surdos gera um efeito de sustentação das lutas políticas desse grupo. Nessa análise, a referência a uma identidade surda e a defesa de uma comunidade surda está relacionada a um festejo da diferença. Para ela, “neste festejo, os surdos acabam por se posicionar na mesmidade, impossibilitando outros jeitos de se narrar e de vir a ser” (MORAES, 2014, p. 48).

Do mesmo modo, na análise que fez de 15 trabalhos acadêmicos produzidos por autores surdos, Mello (2011) observa que, ao falarem de suas histórias de vida, os surdos estreitam as relações entre comunidade surda e escola de surdos. A autora ainda destaca que “a ênfase dada à Língua de Sinais como articuladora da comunidade surda é recorrente; a língua aparece como principal ‘característica’ para que se seja um surdo puro dentro da comunidade surda” (MELLO, 2011, p. 105).

A estreita relação entre comunidade surda e escola de surdos, mencionada pela autora, pode ser pensada como condição de possibilidade para a emergência da noção de *pedagogia surda*. Impulsionada pelos discursos da *pedagogia da diferença*, essa noção aparece em narrativas de professores surdos e ouvintes analisadas por Morais (2008). A autora observa que os professores, “por conhecerem alguns elementos vinculados com a cultura surda, se sentem identificados com uma ‘Pedagogia da Diferença’” (MORAIS, 2008, p. 40). Ela ainda evidencia que, nas narrativas analisadas, o

uso da língua de sinais no espaço escolar é apontado como um fator *naturalmente* relacionado à diferença.

Nesse cenário de convergência permanente entre comunidade e escola de surdos, Camatti (2011) analisa discussões com alunos surdos, professores surdos e líderes da comunidade surda de três cidades do Rio Grande do Sul. A partir dessas discussões, a autora observa que “a escola de surdos pedagogiza os sujeitos que por ela passam; e a comunidade surda busca essa escola a fim de garantir a manutenção do seu espaço” (CAMATTI, 2011, p. 81). Nessa relação, a escola de surdos se configura como um privilegiado espaço de constituição de uma forma de ser surdo que assegure a manutenção da comunidade.

Em sua tese, Barberena (2013) problematiza como discursos que circulam, entre 1990 e 2010, nas reuniões científicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) caracterizam práticas pedagógicas que constituem sujeitos surdos. A autora, que analisou trabalhos apresentados em reuniões científicas entre 1990 e 2010, identificou dois movimentos discursivos: um relacionado ao artefato linguístico/cultural como um imperativo pedagógico; e o outro, à necessidade de investimento de si para o desenvolvimento de competências que possibilitem ao surdo participar do jogo neoliberal. Destaco o primeiro movimento: de acordo com a autora, “a questão linguística, em termos educacionais, é o saber que circula nos trabalhos da ANPEd como necessário para o surdo desenvolver-se e integrar-se na sociedade” (BARBERENA, 2013, p. 139).

Esse segundo subgrupo de trabalhos, como pode ser observado, compreende análises que tentam explicar como a diferença surda (e outros conceitos a ela relacionados) se constitui como uma verdade e quais seus efeitos no processo de subjetivação dos surdos. É interessante notar que todos os trabalhos do domínio investigativo analisado, de algum modo, mencionam uma característica ressaltada por Barberena (2013): a centralidade da língua na concepção de diferença surda. Isso pode ser visto nesses excertos encontrados em tais trabalhos:

Alguns se referem a esta diferença pela língua de sinais [...]. (PERLIN, 2003, p. 113)

Acredito que no momento em que o surdo se reconhece enquanto sujeito de uma língua e de uma cultura, fortalece sua relação com o meio. (DALLALBA, 2013, p. 66)

[...] a ideia de ver o copo meio cheio de água significa enxergar o sujeito surdo com sua língua [...]. (MARTINS, 2013, p. 75-76)

O termo “surdo”, ao qual este trabalho vem ligado, está atribuindo um outro significado, outras experiências – um sujeito possuidor de uma língua [...]. (MORAIS, 2008, p. 58)

É fato que a língua de sinais tem destaque na comunidade por ser a marca maior da cultura. (CAMATTI, 2011, p. 37)

Um dos pontos que constituem a experiência da cultura surda é a Língua de Sinais [...]. (GOMES, 2011, p. 38)

[...] os surdos mencionam que será somente a partir da aquisição da língua que sua diferença cultural poderá ser reconhecida [...]. (MELLO, 2011, p. 90)

Entendo que a condição para que o sujeito surdo possa permanecer no grupo parte do domínio da língua de sinais e o tem como eixo central. (BARBERENA, 2013, p. 61)

É recorrente, tanto nos escritos quanto nos documentos, o uso do conceito de cultura surda sempre atrelado à língua de sinais [...]. (MORAES, 2014, p. 29)

Esses excertos, e outros, são de duas ordens: há os que são um comentário das autoras acerca de enunciados que relacionam língua à surdez como uma diferença, como no caso de Perlin (2003), Martins (2013), Mello (2011) e Moraes (2014); e os em que as autoras assumem essa relação, como em Dall’Alba (2013), Morais (2008), Camatti (2011), Gomes (2011) e Barberena (2013).

Contudo, é possível encontrar ambos os tipos de trechos em todo conjunto de trabalhos.

Com base nisso, é possível perceber que o uso da língua é configurado como um elemento fundamental nos saberes que articulam surdez a uma diferença. Entendida como uma matriz de experiência, a surdez tem sido fomentada de saberes relacionados à linguagem e à língua desde o século XVIII, como apontei no início deste artigo. Entretanto, todos os trabalhos analisados apresentam uma racionalidade, em maior ou menor intensidade, que articula a surdez a uma questão linguística com uma condição primeira para que esta seja entendida como uma diferença.

Ao dizer isso, não tenho intenção de desqualificar os trabalhos aqui analisados. Pelo contrário, reafirmo a importância deles no âmbito do conhecimento que tem se produzido sobre a surdez e a educação de surdos. Tais elaborações, portanto, configuram-se como estudos sistemáticos e sérios, que confirmam a centralidade da língua na constituição da diferença cultural dos surdos. Minha preocupação e o que quero ressaltar, entretanto, é a necessidade de estudos importantes como estes tornarem mais evidentes os tensionamentos sobre essa centralidade, de modo a tornar mais sólida a argumentação que sustenta a importância da língua de sinais na constituição da diferença surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha intenção, neste artigo, foi apresentar uma problematização sobre a constituição da surdez como uma diferença. Para tanto, assumi seu caráter histórico, de modo que seja possível compreender a surdez como uma matriz de experiência, que articula, em si, a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, da normatividade de seus comportamentos e os seus modos de ser. Como o foco de minha análise foi em trabalhos acadêmicos que, de algum modo, dizem sobre a surdez como diferença, detive-me no primeiro eixo da matriz, a formação de saberes, uma vez que ele opera por meio de discursividades que servem de condição de possibilidades à produção de subjetividades.

A partir de características gerais, foi possível distinguir o conjunto de trabalhos analisados em dois subgrupos, ainda que tal distinção não altere a percepção de que ambos compartilham uma racionalidade que pensa a surdez como uma diferença primeiramente relacionada a questões de uso da língua. Tanto os trabalhos que, em suas características principais, fortalecem os argumentos que sustentam a noção de diferença surda, quanto os que problematizam o caráter contingente dessa diferença acabam veiculando a percepção de que a língua seja um elemento condicional para a concepção da surdez como diferença. Seja ao utilizarem conceitos pré-estabelecidos por autores internacionais dos Estudos Surdos, seja por evidenciarem tal relação na materialidade empírica que analisam, ou ainda quando assumem essa relação como uma verdade: em todos os casos, o critério linguístico aparece com força argumentativa.

Diante disso, considero importante que trabalhos vinculados ao campo da Educação de Surdos tensionem a relação linguística estabelecida nessa concepção de surdez atrelada à diferença. Há muitos aspectos culturais relacionados às formas de ser surdo que ultrapassam as questões da língua e que também merecem ser estudados. Entendo que tais aspectos se somam à língua de sinais em um conjunto de evidências para o que convencionamos chamar de cultura surda. Com isso, não quero dizer que exista uma redução da compreensão de diferença surda à língua de sinais. Essa relação, de nenhum modo, deveria ser vista como reducionista, afinal, “a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais” (BURKE, 1995, p. 41).

Considerando isso, argumento que discussões sobre a importância social da língua, quando articuladas à surdez, podem contribuir significativamente para ampliar nossa compreensão, desde o âmbito da Educação, acerca dos modos como os surdos têm se constituídos como sujeitos. Tais discussões podem fomentar o pensamento educacional que se ocupa com a surdez, bem como abastecer esse campo com saberes que servem com força argumentativa aos constantes desafios que têm sido colocados para a educação de surdos.

REFERÊNCIAS

- BARBERENA, C. F. R. *Educação e constituição do sujeito surdo: discursos que circulam na ANPEd no período de 1990 a 2010*. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- BAUMAN, H. MURRAY, J. J. Reframing: from hearing loss to Deaf gain. *Deaf Studies Digital Journal*, n. 1, 2009.
- BARNES, C. The social model of disability: A sociological phenomenon ignored by sociologists? In: SHAKESPEARE, T. (ed.). *The Disability Reader: Social Science Perspectives*. London: Cassell, 1998. p. 65-78.
- BENVENUTO, A. Préface. Le Sourd émancipé? In: MOTTEZ, B. *Les Sourds existent-ils? Textes réunis et présentés par Andrea Benvenuto*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 13-27.
- BEYER, H. O. *Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BURBULES, N. C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 159-188.
- BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CAMATTI, L. *A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade surda e escola de surdos*. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- DALL'ALBA, C. *Movimentos Surdos e Educação: negociação da cultura surda*. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- DAVIS, Lennard J. *Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body*. London; New York: Verso, 1995.
- FOUCAULT, M. O retorno da moral. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 252-263.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982- 1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GOMES, A. P. G. *O imperativo da cultura surda no plano conceitual: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos*. 2011.

101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

HUMPHRIES, T. L. *Communicating across cultures (deaf-hearing) and language learning*. 1977. 108 f. Doctoral Dissertation (Ph.D. in Cross Cultural Communication and Language Learning) – Interdisciplinary Studies. Union Institute and University, Ohio, USA, 1977.

LADD, P. *Understanding deaf culture: in search of Deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LADD, P.; LANE, H. Deaf ethnicity, deafhood, and their relationship. *Sign Language Studies*, v. 13, n. 4, p. 565-579, mai., 2013.

LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LANE, H.; PILLARD, R. C.; HEDBERG, U. *The people of the eye: deaf ethnicity and ancestry*. New York: Oxford University Press, 2011.

LOPES, M. C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

LOPES, M. C.; THOMA, A. S. Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos sourd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation*, n. 64, p. 105-116, 2013.

MAGNANI, J. G. C. "Vai ter música?": para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, v. 1, p. 1-21, jul., 2007.

MAROSTEGA, V. L. *Os currículos de formação de professores para surdos na UFSM: a Educação Especial como campo de saber (1962-2009)*. 2015. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

MARSCHARK, M.; HUMPHRIES, T. Editorial: Deaf Studies by any other name? *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, v. 15, n. 1, p. 1-2, 2010.

MARTINS, F. C. *Discursos e experiências de sujeitos surdos sobre audismo, deaf gain e surdismo*. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MELLO, V. S. S. *A constituição da comunidade surda no espaço da escola: fronteiras nas formas de ser surdo*. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

MORAES, V. P. "Vivemos um ser desconjuntado": a produção da diferença nos discursos dos surdos acadêmicos. 2014. 65 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MORAIS, M. Z. *Formações rizomáticas da diferença: narrativas para a produção da pedagogia surda*. 2008. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

PERLIN, G. T. T. *O ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. 2003. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

STOKOE, W. C. *Sign Language Structure: an Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*. *Studies in Linguistics: Occasional papers*, n. 8. Buffalo: Dept. of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo, 1960.

STOKOE, W. C.; CASTERLINE, D. C.; CRONEBERG, C. G. *A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Washington, D.C.: Gallaudet College Press, 1965.

WIEVIORKA, M. *A diferença*. Lisboa: Fenda, 2002.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Surdez como matriz de experiência. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 32-48, jan./jun. 20.

